

UM EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO NO RIO GRANDE DO SUL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO

PRISCILA NOVELIM¹; VITÓRIA KASTER NEUTZLING ²; MARÍLIA FIGUEIREDO
DA SILVA³; LUIZA DA SILVA TESSMER DUARTE⁴; EUGÊNIA ANTUNES DIAS⁵;
MAURO AUGUSTO BURKERT DEL PINO⁶

¹ Universidade Federal de Pelotas – UFPel – pri2702@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – UFPel – kastervitoria@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – UFPel – maridiegorafa@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Pelotas – UFPel – luizateessmerduarte577@gmail.com

⁵ Universidade Federal de Pelotas – UFPel – eugeniaad@gmail.com

⁶ Universidade Federal de Pelotas – UFPel – mauro.pino1@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul sofreu a maior crise ambiental de sua história com os eventos climáticos extremos ocorridos em maio e abril de 2024. Cidades inteiras desapareceram. Centenas de escolas ficaram alagadas, consequências para todas as formas de vida são imensas. O que aconteceu com o direito à educação em meio a essa catástrofe? É necessário compreender as causas desse fenômeno cada vez mais frequente, e sua relação com a lógica destrutiva do Capital.

Este trabalho apresenta uma pesquisa que está em fase inicial, que fará a investigação de como as escolas estaduais do município de Pelotas foram afetadas pelo evento climático extremo ocorrido entre maio e junho de 2024 no RS, identificando e analisando as estratégias adotadas pelo governo estadual para lidar com os desafios educacionais postos, com o objetivo de saber o que acontece com o direito à educação em meio ao aprofundamento do capitalismo de desastre.

Para tanto, buscaremos compreender as relações entre o capitalismo de desastre e o evento climático extremo ocorrido, através da pesquisa sobre as políticas estaduais direcionadas às escolas públicas durante a crise climática, sua relação com as estratégias de financeirização do capital através da privatização da educação, e para o trabalho docente. Assim faremos a análise das consequências do evento climático para o aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais das comunidades escolares atingidas.

Observamos a supressão do direito à educação em função dessa grave crise que atinge o ambiente e todas as formas de vida. Esses acontecimentos mais frequentes em todos os continentes e suas implicações mais dramáticas, exigindo ações concretas de adaptação e de mitigação de seus efeitos que garantam o direito à educação e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Como mostra Rojas (2020), no capitalismo de desastre, todo e qualquer evento traumático é a oportunidade perfeita para o estado acabar com direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora. A narrativa do livre mercado e o surgimento do capitalismo de desastre no mundo são construídos através de terapias de choque cruéis e violentas. Eventos traumáticos, como golpes de estado, crises econômicas, ataques terroristas, guerras e desastres naturais “vêm sendo percebidos e usados pelas grandes corporações como janelas de oportunidades para expandir e aquecer o mercado da reconstrução e

atacar os últimos baluartes do Estado” (*Idem*, p. 140). A ideia do mercado financeiro é nunca desperdiçar uma crise.

Naomi Klein (2008) definiu a “doutrina de choque” com sendo a tática cruel de utilizar a desorientação pública decorrente de choques coletivos como as guerras, golpes, desastres naturais, entre outros, para implementar medidas radicais a favor das corporações capitalistas, comumente chamada de terapia de choque.

2. METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa será realizada através da revisão da literatura, buscando compreender as relações entre o capitalismo de desastre, o evento climático extremo ocorrido no Rio Grande do Sul e as estratégias de financeirização do capital através da privatização da educação. Ademais, será feita investigação documental sobre as medidas adotadas pelo governo estadual para enfrentar as consequências na educação pública e para o direito à educação. Também serão elaborados e aplicados questionários e entrevistas para investigar as implicações do ocorrido para o trabalho docente e analisar as consequências deste para o aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais das comunidades escolares atingidas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa iniciou há pouco e está na fase do levantamento bibliográfico e documental para posteriormente realizarmos as demais etapas.

Partimos da hipótese de que as causas estão dentro da lógica estrutural capitalista que transforma até mesmo o caos em mercadoria. Isto leva a uma condição em que todo o planeta se torna um consumidor predatório de todas as formas de vida. Segundo Relatório da Defesa Civil do Estado (Defesa Civil RS, 2024), 469 das 497 cidades gaúchas foram afetadas pelo evento climático extremo, o equivalente a 94,3% do total. Ou seja, somente 28 cidades não tiveram nenhum impacto direto relacionado às chuvas. Até o dia 23 de maio, também segundo a Defesa Civil do Rio Grande do Sul (*Idem*), o número de mortos em decorrência das chuvas subiu para 163, enquanto 72 pessoas permaneciam desaparecidas, 806 ficaram feridas e 2.345.400 pessoas foram afetadas. Até o mês de agosto foram contabilizadas 183 mortes.

A educação em praticamente todo o estado foi atingida, sendo que na rede estadual mais de 40% das escolas foram afetadas (CPERS, 2024a) e milhares de crianças, adolescentes e jovens ficaram sem aulas. Destas, 83 foram gravemente afetadas (Governo do RS, 2024 a), sendo que uma delas tem previsão de reabertura somente em 2025.

O Governo do Estado do RS propôs através do “Plano Rio Grande - Programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Rio Grande do Sul”, que a infraestrutura de 99 escolas da sua rede em 15 municípios, inclusive no município de Pelotas, seja recuperada e qualificada através de Parcerias Público Privadas (PPP), pelo período de 25 anos. A intenção é que a PPP se realize mediante a concessão de obras e prestação de serviços considerados pelo programa como “não-

pedagógicos”, tais como conectividade, zeladoria, limpeza, segurança e vigilância, jardinagem e fornecimento de mobiliário e equipamentos (Governo do RS, 2024b), indicando que o evento climático extremo gerou um cenário propício para acentuar a privatização das atividades meio na educação pública.

O CPERS-Sindicato, que representa professores e funcionários de escolas estaduais no RS, denuncia tal proposta argumentando que “a privatização de qualquer aspecto da educação pública é o primeiro passo rumo à mercantilização do nosso direito à educação” (CPERS, 2024b). Ainda, o Sindicato aponta que a empresa que vencer o leilão para estabelecimento da PPP poderá lucrar até 1,6 milhões de reais mensalmente, além das escolas passarem a ser geridas numa lógica privatista e neoliberal, atentando contra o princípio constitucional da gestão democrática.

4. CONCLUSÕES

A crise ambiental de 2024 no Rio Grande do Sul expôs a vulnerabilidade das comunidades e as consequências sociais, como a interrupção do direito à educação. Este evento extremo revelou o avanço do “capitalismo de desastre”, em que crises são usadas para implementar medidas neoliberais, como a privatização da educação. Isso destaca a importância de investigar as políticas governamentais adotadas e os interesses econômicos que exploram essas situações. A análise aponta o impacto nas desigualdades educacionais e nas condições de trabalho, especialmente das professoras, e critica a mercantilização de direitos básicos em tempos de crise.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CPERS. **Mais de 40% das escolas estaduais do RS foram afetadas pelas enchentes.** Acessado em: 08 de out. 2024a. Online. Disponível em: <https://cpers.com.br/mais-de-40-das-escolas-estaduais-do-rs-foram-afetadas-pelas-enchentes/#:~:text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20infraestrutura%2C%20530,ensino%20foram%20danificadas%20pelas%20%C3%A1guas>.

CPERS. **Educação em risco: PPP de Eduardo Leite é ataque direto à educação pública gaúcha.** Acessado em: 08 out. 2024b. Online. Disponível em: <https://cpers.com.br/educacao-em-risco-ppp-de-eduardo-leite-e-ataque-direto-a-educacao-publica-gaucha/>

DEFESA CIVIL RS. **Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS.** 2024. Acessado em: 24 mai. 2024. Online. Disponível em: <https://defesacivil.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes->

no-rs-.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Governo realiza novo repasse de R\$4,7 milhões para 83 escolas estaduais atingidas pelas enchentes de maio.** Online. Acessado em: 08 out.2024. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/governo-realiza-novo-repasse-de-r-4-7-milhoes-para-83-escolas-estaduais-atingidas-pelas-enchentes-de-maio>

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Parceria público-privada em Educação é discutida em Audiência Pública.** Online. Acessado em: 08 out.2024. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/parceria-publico-privada-em-educacao-e-discutida-em-audiencia-publica>

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque:** A ascensão do capitalismo de desastre / Naomi Klein; tradução de Vania Cury. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

ROJAS, Cláudia Marcela Orduz. **O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão e a ascensão do capitalismo de desastre(s) no Brasil,** 2020. 345f. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais , 2020.